

Territorialidade cultural em tempos de globalização: uma análise da atuação do estado e de centros culturais

Cultural territoriality in times of globalization: an analysis of the operation of the state and cultural centers

JADSON ALBUQUERQUE¹

ANTÔNIO ARTHUR CRUZ DO NASCIMENTO²

1 Graduado em Geografia – Universidade do Estado do Pará.

E-mail: albuquerqueson@gmail.com

2 Graduado em Geografia – Universidade do Estado do Pará.

E-mail: aarthurcdn@hotmail.com

Resumo: O território, dentro de uma abordagem de geografia política, faz referência a um fragmento do espaço submetido a relações de poder, sejam elas em âmbitos econômicos, sociais e/ou políticos. Nessa perspectiva, o território comporta uma gama de fenômenos humanos, ricos alvos de análise científica. Neste estudo, é verificável um ensaio explicativo do desempenho do espaço territorializado culturalmente em relação à globalização e à atuação do Estado nesse processo: inter-relações entre o capital, território cultural e Estado.

Palavras-chave: território, cultura, globalização.

Abstract: The territory within an approach to political geography refers to a fragment of space subjected to power relations, whether in economic, social and/or political areas. In this perspective, the territory includes a range of human phenomena, rich targets for scientific analysis. In the present study, we analyzed an essay explaining the performance of the space culturally territorialized regarding Globalization and the State action in this process: inter-relationships between capital, cultural territory, and State.

Keywords: territory, culture, globalization.

INTRODUÇÃO

Os grupos sociais vivem uma crise de identidade? Esta questão é cerne de alguns estudos e debates científicos em todo o mundo na tentativa de esclarecer como os grupos de indivíduos mantêm seu território cultural na atual fase de globalização. Neste ensaio, o território é tido como a base em que se manifestam a cultura e o imaginário de determinado grupo social historicamente constituído, sendo esse território cultural(ista) na conceituação de Haesbaert (2007).

A pretensão deste estudo é dar continuidade ao debate sobre o assunto abordado, utilizando uma revisão bibliográfica, buscando argumentar o processo

de mesclagem cultural ou sociedade-mundo característica do atual momento. O ensaio segue tratando de algumas concepções sobre território, especificamente sobre o território tido como cultural, apropriado simbolicamente. Em seguida, trata do processo de globalização numa perspectiva histórica e atual, sua ação homogeneizadora e ao mesmo tempo fragmentadora sobre os territórios e principalmente sobre o território cultural. Em seguida propõe-se discorrer sobre o papel do Estado diante da conjuntura global que se segue em tempos atuais; qual seria, afinal, a função do Estado nesses tempos? Finalmente, aborda a globalização e seus imperativos em território nacional brasileiro, ou seja, reflexos do processo global no Brasil.

CULTURA E IMAGINÁRIO, A IDENTIDADE NA FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO

O território, assim como outras categorias de análise da geografia, não é apreciado e analisado apenas dentro da abordagem geográfica, porque é lente de análise de outras vertentes científicas, sendo abordado de maneiras diferentes em cada campo de estudo. Neste caso, o território é tratado como uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolve concomitantemente sociedade e espaço geográfico (HAESBAERT, 2007, p. 42).

O enfoque desta reflexão é o território simbólico, constituído por um processo de apropriação de um espaço por meio das representações culturais, do imaginário e/ou da identidade social do indivíduo ou grupos étnicos sociais, em que o principal vetor desse território é a relação de identificação cultural; a apropriação caracteriza o processo de territorialidade, que para Sack (1986) apud Rosedahl (2005) é definida como uma estratégia de controle sempre vinculada ao contexto social na qual se insere.

O território está intimamente ligado ao espaço geográfico a ponto de até serem confundidos um com o outro; o território não é somente uma construção social num lugar, como o espaço geográfico, mas o é concomitantemente com a apropriação desse espaço, imprimindo uma relação de poder, nesse caso, simbólica. Ressalta-se que esse espaço tornado território é constituído de identidade cultural e é antagônico entre as sociedades tradicionais e as sociedades tidas como modernas. Naquelas, os indivíduos são capazes de preencher todo o território com a apropriação simbólica, e nestas o território é descontínuo e utilitarista, servindo inicialmente para acatar os imperativos dos indivíduos.

A identidade é um grande vetor da concepção de território até aqui adotado, tendo diversas abordagens em diferentes campos de análises científicas. Aqui é tratada como uma concepção sociológica do sujeito, sendo a identidade, então, “Intrínseca ao sujeito ou grupo social que não é autônomo ou autossuficiente, mas que na verdade há um interacionismo com importantes pessoas ou outros grupos e onde há uma mediação de valores, sentidos, e símbolos – a cultura”. (HALL, 2011)

O imaginário, que é o conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais o indivíduo ou um grupo de indivíduos vê a realidade e a

si mesmo, também constitui essa identidade e esse território; constitui ainda um ramo basilar da culturalidade de um povo, pois ele representa a essência imaterial que materializa a cultura no espaço. É o imaginário cultural que fundamenta a tradição e as crenças, e nessa perspectiva, influi a manifestação física da cultura tanto no espaço (delimitação cultural territorial) quanto na fabricação de utensílios integrantes da cultura. Então é este, entre os diversos tipos de formação territorial, que dá seus suspiros para não desaparecer entre as múltiplas territorialidades emergentes que se sobrepõe, características da atual conjuntura, a do mundo globalizado/fragmentado. Então, se torna instigante aprofundar a análise nas implicâncias que o processo globalizador exerce sobre pontos que se constituem de particularidades em relação a uma homogeneização imposta pelo sistema em destaque.

A GLOBALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO

O processo de globalização define-se como o mais intenso aprofundamento da integração política, econômica, social e cultural que a humanidade já presenciou, e é característica integrante do sistema de produção capitalista. Milton Santos define o período atual da globalização como meio técnico-científico-informacional por haver intensa imbricação dos processos tecnológicos, da ciência e da informação global.

Tal sistema de produção vigente nos tempos atuais, é dotado de artifícios de dominação e expropriação na esfera econômica, política, social e cultural que são responsáveis por manter na diretriz da sociedade uma cultura de consumo e exploração humana sistemática e soberana que sustenta o círculo vicioso desse sistema. Dessa forma, o meio técnico-científico-informacional implica numa rápida homogeneização dos espaços, das manifestações e do comportamento dos que compõe o espaço, fundamentada na venda de uma ideologia de mercado que os induz a uma pseudo participação ativa e benéfica a esse sistema de produção; referimo-nos, assim, à massa populacional que gira a máquina da globalização de maneira passiva às expropriações, essencialmente na esfera do consumo.

Santos (2008) abarca essa temática explicando-a por meio também da existência de uma psicofera, constituída a partir da veiculação de um imaginário que comercializa uma imagem do meio técnico-científico-informacional e, dessa forma, passiva para a

fluidez do capital e mercadoria em relação à massa. Assim, a venda e difusão de ideologias de vida para fins lucrativos induzem a um processo de rompimento das fronteiras territoriais culturais por agentes que buscam impor modos de vida externos. Portanto, é honesto afirmar que esse processo é concretizado acima de diversos meios e que se apresenta em diferentes facetas de acordo com cada território que age.

Assim, é importante declarar que existe uma tentativa forçada de generalização de comportamentos conferida pela ação da globalização exercida sobre territórios culturalizados e sob relações desse território. Essa tentativa de generalização é perceptível, pois o processo desfragmentador tem grande força em desvincular identidades de um território e dar ênfase no efêmero, tornando as relações flutuantes, não pertencentes somente à lógica daquele território, mas à lógica externa, global. Diante disso, alguns teóricos defendem que essa conjuntura apresentada é a constituição de uma sociedade pós-moderna global que, nos termos de Giddens (1990) apud Hall (2011), é a separação entre espaço e lugar, sendo o lugar específico, concreto e perceptível; por outro lado, o espaço pode ser “cruzado”, sofre a interferência das lógicas externas que “cruzam” esse espaço.

Nesses termos de uma sociedade pós-moderna, as manifestações tradicionais (nacionais) se tornam mais vulneráveis e passíveis de bombardeamento da penetração cultural vinda de diversas partes do globo. Compete dizer também que, apesar da dimensão cultural da globalização ser muito mais complexa, recheada não só de homogeneizações, existe também de resistências e hibridismos (CANCLINI, 2000 apud FURMANN, 2011). Existem movimentos de resistência ao processo de homogeneização cultural, o multiculturalismo é exemplo disso. Stuart Hall faz importante distinção:

Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade original. Em contrapartida o termo multiculturalismo é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais (HALL, 2002 apud FURMANN, 2011p. 11).

Multiculturalismo, portanto, define políticas públicas para convivência entre diversas culturas dentro de um mesmo Estado-nação (FURMANN, 2011). Furmann continua falando sobre o objetivo das políticas multiculturalistas que resistem à homogeneidade cultural, principalmente quando esta homogeneidade é considerada única e legítima, submetendo outras culturas ao particularismo e dependência. Esse é o caso da cultura do consumo da globalização. Por isso, o multiculturalismo pode ser apontado como forma de resistência à homogeneização da globalização. Talvez possamos nos fazer um questionamento, qual é a função do Estado diante da globalização, será que ele ainda constitui uma forma de resistência ou ele já foi capturado pelo sistema? Ressaltamos que as formas de resistência são em sua maioria ineficientes diante da globalização, e que não cabe aqui esmiuçar processos que se opõem de forma enérgica à globalização, mas de uma amostragem, mais adiante, desses processos.

O ESTADO-NAÇÃO E A GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL

O Estado ganha um papel de destaque diante dessa (des)ordem vigente, como uma instituição que é responsável por organizar as políticas públicas e por ocupar um território definido, já não tendo mais uma função suprema de construção de políticas públicas, segundo alguns teóricos. O Estado foi constituído como representação máxima de um povo, e diante da atual situação global tem sua função colocada em xeque, afinal, o processo global invade os territórios e os impõe uma nova lógica. Então, qual seria a função do Estado, a de regulador ou de subordinado da ordem vigente?

O controle do Estado sobre o tempo e o espaço vem sendo sobrepujado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação. A apreensão do tempo histórico pelo Estado mediante a apropriação da tradição e a (re)construção da identidade nacional passou a enfrentar o desafio imposto pelas identidades múltiplas definidas por sujeitos autônomos. A tentativa de o Estado reafirmar seu poder na arena global pelo desenvolvimento de instituições supranacionais acaba comprometendo ainda mais sua soberania (CASTELLS, 2001 apud COSTA, 2004 p. 5)

Ferreira (2008) nos elucidava muito a questão dos interesses da globalização em relação ao Estado quando diz que os pensadores da globalização, geralmente neoliberais, querem o desaparecimento do Estado ou sua drástica redução em prol da queda de todas as barreiras – alfandegárias, fiscais, econômicas etc. –, que impedem uma plena globalização. Mas, como vimos anteriormente, a globalização não se dá apenas no ramo econômico, mas também no território cultural. Também cabe ou coube ao Estado regular esse território, sendo ele a representatividade desse espaço; mas, como vimos nas palavras de Ferreira (2008) sobre o Estado estar perdendo o poder regulador, acontece que o território, munido de representações culturais e do imaginário do grupo de indivíduos, se torna passível também de regulações externas, como já vimos anteriormente e agora reafirmado pela ineficiência do Estado perante o avassalador processo de fragmentação.

Por outro lado, é importante ressaltar que o Estado não desapareceu, ele ainda constitui a representação dos povos, e que diante do processo global, tenta se esforçar para satisfazer as necessidades da população – pelo menos na teoria –, e tenta amparar os excluídos do processo global. Mas os esforços do Estado para sobreviver não são o enfoque dessa passagem, e sim a decadência dessa instituição e a perda do poder de regular o território cultural.

O processo globalização/fragmentação é conhecido por estar em todo o mundo, e no Brasil não é diferente. Passam pelo Brasil suas redes que exercem suas características nesse território.

No Brasil, a ação homogeneizadora também se manifesta, e um dos aspectos mais expressivos desse fato é definido por uma financeirização da cultura articulada tanto por órgãos governamentais como por empresas. Essa expressividade ganha notoriedade, por exemplo, num estudo desenvolvido por Santos (2008) acerca da visibilidade que o governo baiano passou a ter sobre o acervo cultural do estado. A incorporação da cultura como plano de governo consistiu principalmente em uma estratégia de comercialização e massificação da cultura baiana para um mercado consumidor turista, significando uma restauração de cidades do Recôncavo Baiano e do Centro Histórico de Salvador e a elaboração de um produto comercial cultural comercializável de maneira mais massificada. Dessa forma, o governo passa a visualizar a cultura como algo rentável para o Estado, incorporando assim nesse processo tanto empresas de

pequeno porte quanto grandes redes de hotéis e logística. É considerável afirmar a predominância de um território cultural defasado por interesses externos.

Denota-se, nesse caso, uma abordagem comercial da cultura, algo que não é padrão para uma análise macro da cultura brasileira e das influências da globalização.

Outro resultado detectável desse processo é uma adaptação da “mercadoria cultural” externa para com o lugar. Essa manifestação é bilateral e é visível tanto no sentido global quanto local. Na segunda situação, é verificada na avalanche de produção musical internacional que tem se massificado cada vez mais na região Norte do Brasil, especialmente no Pará: tem se notado uma espécie de adaptação dessa mercadoria internacional às particularidades paraenses por meio da produção de uma fração de tecno melody, gênero musical peculiar do Pará, com melodias que imitam produções internacionais, ou seja, a informação musical internacional é posta de maneira diferente e concomitante ao local dentro do estado.

Resistir ao que é externo tem se tornado, nessa conjuntura, mais complicado aos centros culturais diversos, ao passo que a diminuição do tempo para veiculação de informação, bens e pessoas é mais expressiva. Resistir é abordado aqui como a capacidade que as culturas detêm para defender os traços distintivos que as marcam; isso implica a capacidade de articular estratégias variadas para manter uma história interna específica, com ritmo próprio, como um modo simbólico de existir no tempo histórico e no tempo subjetivo. Assim, adotamos a teoria de que nenhuma cultura se desenvolve de maneira autônoma, e sim a partir de contatos com outras manifestações culturais.

Nessa abordagem, afirmamos que em tempos de globalização o que se verifica é uma válvula – por parte do Estado ou pelos grupos e organizações culturais populares – de controle a interferências externas. Isso significa que focos culturais brasileiros e outros não são intactos enquanto coexistentes da ordem atual, se verifica um nivelamento de influência, ou seja, essas culturas são, em diferentes níveis, submetidas e impregnadas de influência externa. Nesses termos é que as manifestações dos grupos de indivíduos vêm perpassando a história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhando nestes pressupostos, tentamos reunir algumas referências que falam sobre a atuação do

processo global e que levantam a questão da construção de um território sociocultural historicamente constituído em que desponta em seu seio uma crise de identidade por causa das influências da globalização. Como vimos, o território apropriado de representações culturais, imaginários de um povo, o torna simbolicamente importante, caracterizando-se assim uma territorialização definida que preenche esse espaço de símbolos. O que acontece nos dias atuais é que com o status atual da globalização emergem diversas territorialidades que se sobrepõe numa tentativa incessante de homogeneizar uma lógica em um maior número de territórios possíveis, longe de um multiculturalismo que seria uma política de tolerância à diversidade territorial. Acontece que os fluxos globais e essas territorializações emergentes são efêmeros e seguem uma lógica concentradora e descomprometida com as particularidades dos territórios tradicionais e culturais. Entendemos, analisando essa conjuntura, que há uma desordem, em certo nível aparente, e que até mesmo o Estado está envolto nos processos globais, estando, segundo alguns autores, subordinado aos imperativos da globalização e do sistema capitalista. Assim, fica claro que esse sistema capitalista, por meio da globalização, comanda um processo de homogeneização/fragmentação em diversos espaços e territórios, fazendo com que sua lógica seja obedecida, mesmo que para isso tenha que subordinar relações e interferir em outras culturas.

REFERÊNCIAS

- COSTA, G. J. M. Globalização e a perda da identidade do estado-nação. Dissertação (Monografia do curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro). Julho de 2004. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/getulio.html>> Acesso em: 1 ago. 2013.
- FERREIRA, F. O. Estado nacional e globalização: o discurso de uma crise e a crise de um discurso. *Revista Eletrônica Inter-Legere*, n. 3, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/interlegere/revista/pdf/3/es04.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- FURMANN, I. Globalização e Estado: dimensões e dilemas. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 3077, dez. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/20555>>. Acesso em: 29 ago. 2012.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 1, n. 2, p. 7-20, ago. 2007.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracila Louro. – 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- ROSEDAHL, Z. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: XENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. Anais... Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57052863/TERRITORIO-E-TERRITORIALIDADE-UMA-PERSPECTIVA-GEOGRAFICA-PARA-O-ESTUDO-DA-RELIGIAO>>. Acesso em: 29 ago. 2012
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.